

ÍNDICE DA MATÉRIA

| | |
|--|--------|
| <i>Apresentação da 51ª edição</i> | XXVII |
| <i>Apresentação da 50ª edição</i> | XXIX |
| <i>Apresentação</i> | XXXI |
| <i>Nota do Editor à 50ª edição</i> | XXXIII |

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

| | |
|---|----|
| § 1º – Direito Processual Civil | |
| 1 – Noções gerais..... | 1 |
| 2 – Definição | 2 |
| 3 – Natureza | 2 |
| 4 – Relações com outros ramos do Direito | 3 |
| 5 – Objetivo..... | 4 |
| 5-a – Novos rumos do direito processual civil | 4 |
| 5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno | 6 |
| § 2º – História do Direito Processual Civil | |
| 6 – Origens | 8 |
| 7 – Evolução: mundo clássico. Grécia | 8 |
| 8 – O processo civil romano..... | 9 |
| 9 – Processo comum..... | 10 |
| 10 – O processo civil moderno (fase científica)..... | 11 |
| 11 – Direito processual civil brasileiro | 11 |
| 12 – Regulamento nº 737..... | 12 |
| 13 – Códigos estaduais | 13 |
| 14 – Códigos unitários..... | 13 |
| 15 – O novo Código..... | 13 |
| 15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil | 14 |
| 15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional | 15 |
| § 3º – Fontes do Direito Processual Civil | |
| 16 – Noções gerais..... | 18 |
| 17 – Lei processual | 18 |
| 18 – A lei processual no tempo..... | 19 |
| 19 – A lei processual no espaço | 20 |
| 20 – Interpretação das leis processuais | 21 |
| § 4º – Princípios Informativos do Direito Processual | |
| 21 – Noções gerais: princípios universais..... | 23 |
| 21-a. Princípios gerais específicos do direito processual civil | 25 |

| | |
|---|----|
| 22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal..... | 26 |
| 22-a – Processo legal e processo justo | 28 |
| 22-b. Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental..... | 31 |
| 23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo..... | 32 |
| 24 – Princípio do contraditório..... | 33 |
| 25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição..... | 35 |
| 26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual..... | 36 |
| 27 – Princípio da verdade real..... | 37 |
| 28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade..... | 38 |
| 29 – Princípio da publicidade..... | 38 |
| 30 – Princípio da economia processual..... | 39 |
| 31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão | 40 |

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

| | |
|--|----|
| § 5º – Jurisdição | |
| 32 – Imperatividade da ordem jurídica | 41 |
| 33 – Justiça privada e justiça pública | 41 |
| 34 – Jurisdição..... | 42 |
| 35 – Características da jurisdição..... | 44 |
| 36 – Imparcialidade e disponibilidade..... | 45 |
| 37 – Objetivo da jurisdição | 46 |
| 38 – Princípios fundamentais..... | 46 |
| 39 – Jurisdição civil..... | 47 |
| 40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária..... | 47 |
| 41 – Substitutivos da jurisdição | 48 |
| 41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva..... | 49 |
| 41-b. Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito..... | 51 |
| § 6º – Processo | |
| 42 – Conceito..... | 54 |
| 43 – Processo e procedimento..... | 55 |
| 43-a – Características do procedimento | 57 |
| 44 – Autonomia do processo..... | 57 |
| 45 – Espécies de processo..... | 58 |
| 46 – Funções do processo..... | 59 |
| 47 – Independência dos processos | 59 |
| 47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas..... | 60 |
| 47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência..... | 61 |
| 47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória..... | 61 |
| § 7º – Ação | |
| 48 – O monopólio estatal da justiça..... | 63 |
| 49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional | 63 |
| 50 – Autonomia do direito de ação..... | 64 |
| 51 – A evolução do conceito de ação | 64 |
| 51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional..... | 66 |
| 51-b – A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material..... | 66 |
| 52 – Condições da ação..... | 67 |
| 53 – Enumeração e conceituação das condições da ação | 69 |
| 54 – Pressupostos processuais | 74 |
| 55 – Classificação das ações | 76 |

| | |
|---|----|
| 55-a – Ação e pretensão..... | 77 |
| 55-b – Ação e causa | 78 |
| 55-c – Elementos identificadores da causa | 78 |
| 56 – A defesa do réu | 79 |
| 57 – Espécies de resposta | 80 |

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

| | |
|---|----|
| § 8º – Elementos do Processo | |
| 58 – Visão dinâmica e estática do processo | 81 |
| 59 – A relação processual..... | 82 |
| 60 – Classificação dos elementos do processo..... | 82 |
| § 9º – Efeitos da Relação Processual | |
| 61 – Noções gerais..... | 83 |
| 62 – Direitos processuais..... | 83 |
| 63 – Obrigações processuais..... | 83 |
| 64 – Deveres processuais..... | 83 |
| 65 – Ônus processuais..... | 84 |

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

| | |
|---|-----|
| § 10 – Partes | |
| 66 – Partes | 85 |
| 67 – Nomenclatura | 86 |
| 68 – Substituição processual | 86 |
| 69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso) | 88 |
| 70 – Capacidade processual | 88 |
| 71 – Capacidade processual das pessoas casadas | 89 |
| 72 – Curatela especial | 91 |
| 73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais | 91 |
| 74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação | 93 |
| § 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores | |
| 75 – Deveres..... | 94 |
| 75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001 | 95 |
| 76 – Responsabilidade das partes por dano processual..... | 96 |
| 76-a – Direitos..... | 97 |
| 76-b – Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves..... | 97 |
| § 12 – Despesas e Multas | |
| 77 – Ônus financeiro do processo..... | 99 |
| 78 – Antecipação das despesas | 99 |
| 79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo..... | 100 |
| 80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência | 101 |
| 81 – Sucumbência recíproca | 102 |
| 82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais..... | 102 |
| 83 – Multas..... | 103 |
| 84 – Honorários de advogado | 103 |
| 85 – Cabimento dos honorários | 103 |

| | |
|---|-----|
| 86 – Inoperância da sucumbência..... | 105 |
| 87 – Fixação dos honorários..... | 105 |
| 88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários..... | 106 |
| 89 – Execução dos honorários..... | 107 |
| 90 – Assistência judiciária..... | 107 |
| § 13 – Advogados | |
| 91 – Capacidade de postulação..... | 110 |
| 92 – O mandato judicial..... | 110 |
| 93 – Direitos e deveres..... | 111 |
| § 14 – Substituições das Partes e Procuradores | |
| 94 – Substituição de parte..... | 113 |
| 95 – Substituição do advogado..... | 114 |

Capítulo V – Pluralidade de Partes

| | |
|--|-----|
| § 15 – Litisconsórcio | |
| 96 – Pluralidade de partes..... | 115 |
| 97 – Classificações..... | 115 |
| 98 – Espécies de litisconsórcio..... | 116 |
| 99 – Sistema do Código..... | 117 |
| 100 – Casos legais de litisconsórcio..... | 117 |
| 101 – Litisconsórcio necessário..... | 118 |
| 102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação..... | 119 |
| 103 – Litisconsórcio facultativo recusável..... | 121 |
| 104 – Posição de cada litisconsorte no processo..... | 121 |
| 105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais..... | 123 |
| § 16 – Intervenção de Terceiros | |
| 106 – Conceito..... | 124 |
| 107 – Classificações..... | 124 |
| § 17 – Oposição | |
| 108 – Conceito..... | 126 |
| 109 – Competência..... | 127 |
| 110 – Procedimento..... | 127 |
| 111 – Julgamento da oposição..... | 128 |
| § 18 – Nomeação à Autoria | |
| 112 – Conceito..... | 130 |
| 113 – Pressuposto da nomeação à autoria..... | 130 |
| 114 – Procedimento..... | 130 |
| 114-a – Recurso..... | 131 |
| § 19 – Denúnciação da Lide | |
| 115 – Conceito..... | 133 |
| 115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano..... | 135 |
| 116 – Obrigatoriedade da denúnciação da lide..... | 136 |
| 116-a – Casos de não-cabimento da denúnciação da lide..... | 137 |
| 117 – Objetivo do incidente..... | 137 |
| 118 – Legitimação..... | 138 |

| | |
|---|-----|
| 119 – Procedimento | 138 |
| 120 – Efeitos da denunciação da lide..... | 139 |
| 120-a – Recursos | 141 |
| 120-b – Execução da sentença..... | 141 |
| 120-c – Execução da sentença pelo denunciante..... | 142 |
| 121 – Denúncias sucessivas..... | 143 |
| § 20 – Chamamento ao Processo | |
| 122 – Conceito..... | 146 |
| 123 – Casos de admissibilidade do incidente..... | 146 |
| 124 – Procedimento..... | 147 |
| 124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor..... | 148 |
| 124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil..... | 148 |
| § 21 – Assistência | |
| 125 – Conceito..... | 150 |
| 126 – Pressupostos da intervenção..... | 150 |
| 127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial..... | 151 |
| 128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial..... | 152 |
| 129 – Procedimento..... | 152 |
| 130 – Poderes e ônus processuais do assistente..... | 153 |
| 130-a – Assistência provocada..... | 154 |
| 130-b – O recurso de terceiro prejudicado..... | 155 |
| Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo | |
| § 22 – O Ministério Público | |
| 131 – Conceito..... | 159 |
| 132 – Funções..... | 159 |
| 133 – Natureza..... | 160 |
| 134 – Ministério Público como parte..... | 161 |
| 135 – Ministério Público como <i>custos legis</i> | 161 |
| 136 – Ausência do Ministério Público no processo..... | 162 |
| 137 – Órgãos do Ministério Público..... | 162 |
| 138 – Princípios e garantias..... | 162 |
| Capítulo VII – Juízes | |
| § 23 – Competência | |
| 139 – Conceito..... | 165 |
| 140 – Distribuição da competência..... | 165 |
| 141 – Classificação da competência..... | 166 |
| § 24 – Competência Internacional | |
| 142 – Noções gerais..... | 167 |
| 143 – Espécies de competência internacional..... | 167 |
| 144 – Competência concorrente e litispendência..... | 168 |
| § 25 – Competência Interna | |
| 145 – Noções gerais..... | 169 |
| 146 – Competência em matéria civil..... | 170 |
| 147 – Competência da Justiça Federal..... | 170 |

| | |
|--|-----|
| 148 – Competência das Justiças Estaduais..... | 171 |
| § 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna | |
| 149 – Generalidades..... | 173 |
| 150 – Competência do foro e competência do juiz..... | 174 |
| 151 – Divisão da competência do foro..... | 174 |
| 152 – Cumulatividade de juízos competentes..... | 174 |
| 153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> | 174 |
| § 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria | |
| 154 – Competência em razão do valor da causa | 177 |
| 155 – Competência em razão da matéria..... | 177 |
| § 28 – Competência Funcional | |
| 156 – Conceito..... | 178 |
| 157 – Classificação..... | 178 |
| § 29 – Competência Territorial | |
| 158 – Conceito..... | 180 |
| 159 – Foro comum | 180 |
| 160 – Foros subsidiários ou supletivos..... | 181 |
| 161 – Foros especiais | 181 |
| 162 – Ações reais imobiliárias..... | 181 |
| 163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência..... | 182 |
| 164 – Foro da União e dos Territórios Federais..... | 183 |
| 165 – Foros <i>ratione personae</i> | 184 |
| 166 – Foro das pessoas jurídicas..... | 185 |
| 166-a – Foro dos Estados e Municípios..... | 185 |
| 167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações..... | 186 |
| 168 – Foro relativo à arbitragem | 186 |
| 168-a – Foro do idoso..... | 187 |
| § 30 – Modificações da Competência | |
| 169 – Competência absoluta e competência relativa | 188 |
| 170 – Prorrogação de competência..... | 189 |
| 171 – Prorrogação legal..... | 189 |
| 172 – Efeito prático..... | 190 |
| 173 – Prevenção..... | 191 |
| 174 – Outros casos de prorrogação legal..... | 193 |
| 175 – Conexão entre ação penal e ação civil..... | 193 |
| 176 – Prorrogação voluntária..... | 194 |
| 176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública | 196 |
| 176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão | 196 |
| § 31 – Declaração de Incompetência | |
| 177 – Verificação de competência..... | 198 |
| 178 – Exceção de incompetência..... | 198 |
| 179 – Incompetência absoluta | 199 |
| 179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão) | 199 |
| § 32 – Conflito de Competência | |
| 180 – Noções gerais..... | 202 |
| 181 – Procedimento do conflito..... | 203 |
| 182 – Efeitos do conflito | 204 |

Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça

| | |
|--|-----|
| § 33 – Organização Judiciária | |
| 183 – O Poder Judiciário brasileiro | 207 |
| 184 – Duplo grau de jurisdição | 209 |
| 185 – Jurisdição extraordinária | 209 |
| 186 – Competência | 209 |
| 187 – Disciplina da magistratura..... | 210 |
| § 34 – Órgãos Judiciários | |
| 188 – Juízes..... | 211 |
| 189 – Requisitos de atuação do juiz..... | 211 |
| 190 – Garantias da magistratura | 212 |
| 191 – Poderes e deveres do juiz..... | 212 |
| 191-a – Atividade criativa do juiz..... | 214 |
| 192 – Responsabilidade do juiz | 215 |
| 193 – Garantia de imparcialidade do juiz | 215 |
| 194 – Casuísmo legal..... | 216 |
| 194-a – Juiz-testemunha | 216 |
| 195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido..... | 217 |
| § 35 – Auxiliares da Justiça | |
| 196 – O juízo | 218 |
| 197 – Escrivão | 218 |
| 198 – Oficial de justiça..... | 219 |
| 199 – Perito | 220 |
| 200 – Depositário e administrador..... | 220 |
| 201 – Intérprete..... | 221 |
| 202 – Outros auxiliares eventuais..... | 221 |

Parte III – Atos Processuais**Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais**

| | |
|---|-----|
| § 36 – Atos Processuais | |
| 203 – Conceito..... | 223 |
| 204 – Agentes | 224 |
| 205 – Atos do processo e atos do procedimento..... | 225 |
| 206 – Classificação dos atos processuais | 225 |
| 207 – Forma dos atos processuais..... | 225 |
| 208 – Publicidade | 227 |
| 209 – Meios de expressão..... | 228 |
| 209-a – O uso de sistema de transmissão de dados..... | 228 |
| 209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil | 230 |
| 209-c – O processo eletrônico no STF | 232 |
| § 37 – Atos da Parte | |
| 210 – Conceito e classificação | 234 |
| 211 – Eficácia dos atos das partes | 235 |
| 212 – Petições e autos suplementares | 235 |
| 213 – Cotas marginais e lineares nos autos..... | 235 |

| | |
|---|-----|
| § 38 – Atos do Juiz | |
| 214 – Atividade processual do juiz..... | 236 |
| 215 – Atos decisórios | 236 |
| 216 – Definições legais..... | 237 |
| 217 – Decisão interlocutória..... | 237 |
| 218 – Despachos | 238 |
| 219 – Sentença..... | 239 |
| 220 – Atos não-decisórios..... | 241 |
| 221 – Forma dos atos decisórios..... | 241 |
| § 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria | |
| 222 – Documentação e comunicação dos atos processuais | 243 |
| 223 – Autuação | 244 |
| 224 – Termos processuais | 244 |
| 225 – Forma dos termos | 244 |

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

| | |
|--|-----|
| § 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais | |
| 226 – O tempo | 247 |
| 227 – Feriados e férias forenses | 248 |
| 228 – O lugar | 250 |
| § 41 – Prazos | |
| 229 – Disposições gerais..... | 251 |
| 230 – Classificação..... | 252 |
| 231 – Natureza dos prazos..... | 252 |
| 232 – O curso dos prazos..... | 253 |
| 233 – Contagem dos prazos: termo inicial | 254 |
| 233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico | 256 |
| 234 – Prazos para recurso..... | 257 |
| 234-a – Ciência inequívoca..... | 258 |
| 235 – Termo final | 259 |
| 236 – Preclusão | 260 |
| 237 – Prazos para as partes..... | 261 |
| 238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares | 261 |
| 239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública | 262 |
| 240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários | 262 |
| 241 – Inobservância de prazo da parte..... | 262 |
| 242 – Inobservância dos prazos do juiz | 263 |

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

| | |
|---|-----|
| § 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo | |
| 243 – Intercâmbio processual..... | 265 |
| 244 – Forma dos atos de comunicação | 265 |
| 245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo..... | 266 |
| 246 – Requisitos das cartas | 266 |
| 247 – Cumprimento das cartas | 266 |
| 248 – Cartas urgentes..... | 267 |
| 249 – Custas nas cartas | 267 |
| 250 – Cartas rogatórias | 268 |

| | |
|---|-----|
| § 43 – Citação | |
| 251 – Conceito..... | 269 |
| 252 – Suprimento da citação | 270 |
| 253 – Destinatário da citação inicial..... | 270 |
| 254 – Local da citação..... | 271 |
| 255 – Impedimento legal de realização da citação..... | 271 |
| 256 – Modos de realizar a citação..... | 271 |
| 257 – Citação por oficial de justiça..... | 272 |
| 258 – Citação com hora certa..... | 273 |
| 259 – Citação pelo Correio | 274 |
| 260 – Citação por edital..... | 275 |
| 260-a – Citação por meio eletrônico | 277 |
| 261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital | 277 |
| 262 – Efeitos da citação | 277 |
| 263 – Prevenção..... | 278 |
| 264 – Litispendência | 278 |
| 265 – Litigiosidade | 278 |
| 266 – Mora | 278 |
| 267 – Prescrição | 279 |
| 268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição..... | 279 |
| § 44 – Intimações | |
| 269 – Conceito..... | 281 |
| 270 – Forma | 281 |
| 271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça | 283 |
| 272 – Aperfeiçoamento da intimação..... | 284 |
| 273 – Intimação em audiência..... | 285 |
| 274 – Intimação por edital ou com hora certa..... | 285 |
| 275 – Efeitos da intimação..... | 285 |
| 275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública | 286 |
| Capítulo XII – Outros Atos Processuais | |
| § 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa | |
| 276 – Noções introdutórias..... | 289 |
| 277 – Registro | 289 |
| 278 – Distribuição..... | 289 |
| 279 – Distribuição por dependência | 290 |
| 279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual | 291 |
| 280 – Valor da causa | 294 |
| 281 – Impugnação ao valor da causa | 296 |
| Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual | |
| § 46 – Nulidade | |
| 282 – Conceito..... | 297 |
| 283 – Espécies de vícios do ato processual..... | 297 |
| 284 – Atos inexistentes..... | 298 |
| 284-a – Noção de nulidade | 298 |
| 285 – Atos absolutamente nulos..... | 299 |
| 286 – Atos relativamente nulos | 299 |
| 287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual..... | 300 |
| 288 – Sistema de nulidades do Código | 300 |

| | |
|--|-----|
| 289 – Nulidades cominadas pelo Código | 301 |
| 290 – Nulidades da citação e intimação | 302 |
| 291 – Argüição das nulidades | 302 |
| 292 – Momento da argüição | 303 |
| 293 – Decretação de nulidade | 303 |
| 294 – Efeitos da decretação..... | 303 |

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

| | |
|--|-----|
| § 47 – Introdução | |
| 295 – Noções gerais..... | 305 |
| § 48 – Formação do Processo | |
| 296 – O processo..... | 306 |
| 297 – Sujeitos da relação jurídico-processual | 306 |
| 298 – Início do processo..... | 308 |
| 299 – Formação gradual da relação processual..... | 308 |
| 300 – Estabilização do processo | 309 |
| 301 – Alteração do pedido..... | 309 |
| 302 – Alterações subjetivas..... | 309 |
| § 49 – Suspensão do Processo | |
| 303 – Conceito..... | 311 |
| 304 – Os casos de suspensão do processo | 311 |
| 305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual..... | 312 |
| 306 – Suspensão por convenção das partes | 313 |
| 307 – Suspensão em razão de exceção | 313 |
| 308 – Suspensão por prejudicialidade | 314 |
| 309 – Prejudicialidade e conexão..... | 314 |
| 310 – Suspensão por motivo de força maior | 315 |
| 311 – Outros casos legais de suspensão | 316 |
| 312 – Férias e suspensão do processo..... | 316 |
| § 50 – Extinção do Processo (I) | |
| 313 – Encerramento da relação processual..... | 317 |
| 314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito..... | 317 |
| 315 – Indeferimento da inicial | 318 |
| 316 – Abandono da causa..... | 318 |
| 317 – Ausência de pressupostos processuais | 319 |
| 318 – Perempção | 320 |
| 319 – Litispendência e coisa julgada..... | 320 |
| 320 – Condições da ação..... | 321 |
| 321 – Convenção de arbitragem | 322 |
| 322 – Desistência da ação | 323 |
| 323 – Intransmissibilidade da ação | 324 |
| 324 – Confusão entre autor e réu | 324 |
| 325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito..... | 324 |
| 326 – Iniciativa da extinção do processo | 325 |
| 326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível..... | 325 |
| § 51 – Extinção do Processo (II) | |
| 327 – Extinção do processo com resolução de mérito | 326 |

| | |
|--|-----|
| 328 – Acolhimento ou rejeição do pedido | 327 |
| 329 – Reconhecimento do pedido pelo réu | 327 |
| 330 – Transação | 328 |
| 330-a – Retratação e rescisão de transação | 329 |
| 331 – Prescrição e decadência | 330 |
| 331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação | 330 |
| 332 – Renúncia ao direito | 331 |

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

| | |
|---|-----|
| § 52 – Processo e Procedimentos de Cognição | |
| 333 – Processo | 333 |
| 334 – Procedimento | 334 |
| 335 – Procedimentos no processo de cognição | 334 |
| 336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária | 335 |
| 337 – Esquema do procedimento ordinário | 335 |
| 338 – Fases do procedimento ordinário | 336 |
| 339 – Fase postulatória | 336 |
| 340 – Fase saneadora | 336 |
| 341 – Fase instrutória | 337 |
| 342 – Fase decisória | 337 |
| 342-a – Adequação do procedimento | 337 |
| § 53 – Procedimento Sumário | |
| 343 – Causas de rito sumário | 340 |
| 343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário | 341 |
| 344 – Outras causas de procedimento sumário | 343 |
| 345 – Indisponibilidade do rito sumário | 343 |
| 346 – O procedimento | 344 |
| 347 – A petição inicial e seu despacho | 345 |
| 348 – A citação e a resposta do réu | 346 |
| 349 – Audiência de conciliação | 347 |
| 349-a – Audiência de instrução e julgamento | 349 |
| 350 – Revelia | 349 |
| 351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência | 350 |
| 352 – Direito intertemporal | 350 |

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

| | |
|--|-----|
| § 54 – Petição Inicial | |
| 353 – Petição inicial | 353 |
| 354 – Requisitos da petição inicial | 354 |
| 355 – Despacho da petição inicial | 355 |
| 356 – Casos de indeferimento da petição inicial | 356 |
| 356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição | 357 |
| 357 – Extensão do indeferimento | 360 |
| 357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial | 361 |

| | |
|---|-----|
| 357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i> | 362 |
| 357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i> | 363 |
| 357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa | 363 |
| 358 – Efeitos do despacho da petição inicial | 364 |
| § 55 – O Pedido | |
| 359 – Petição inicial | 365 |
| 360 – Pedido | 365 |
| 361 – Requisitos do pedido | 366 |
| 362 – Pedido concludente | 366 |
| 363 – Pedido genérico | 366 |
| 364 – Pedido cominatório | 367 |
| 365 – Pedido alternativo | 368 |
| 366 – Pedidos sucessivos | 368 |
| 367 – Pedido de prestações periódicas | 369 |
| 368 – Pedido de prestação indivisível | 369 |
| 369 – Pedidos cumulados | 369 |
| 370 – Espécies de cumulação de pedidos | 370 |
| 371 – Interpretação do pedido | 371 |
| 372 – Aditamento do pedido | 371 |
| 372-a – Modificação do pedido | 372 |
| 372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento | 372 |
| 372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias | 375 |
| 372-d – A efetivação da tutela antecipada | 377 |
| 372-e – Tutela antecipada parcial | 378 |
| 372-f. Recurso manejável diante do deferimento da tutela antecipada | 380 |
| § 56 – A Resposta do Réu | |
| 373 – A defesa do réu | 381 |
| 374 – A resposta do réu | 381 |
| 375 – Espécies de defesa | 382 |
| 376 – Defesa processual | 382 |
| 377 – Defesa de mérito | 383 |
| 378 – Reconvenção | 383 |
| 379 – Síntese | 384 |
| § 57 – Contestação | |
| 380 – Conceito | 385 |
| 381 – Conteúdo e forma da contestação | 385 |
| 382 – Ônus da defesa especificada | 386 |
| 383 – Preliminares da contestação | 387 |
| 384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares | 389 |
| 385 – Réplica ou impugnação do autor | 389 |
| § 58 – Exceções | |
| 386 – Conceito | 390 |
| 387 – Prazo | 390 |
| 388 – Efeito da exceção | 391 |
| 389 – Exceção de incompetência. Cabimento | 392 |
| 390 – Procedimento | 392 |
| 391 – Exceções de impedimento e de suspeição | 393 |
| § 59 – Reconvenção | |
| 392 – Conceito | 397 |

| | |
|--|-----|
| 393 – Pressupostos da reconvenção | 397 |
| 393-a - Reconvenção e compensação | 399 |
| 394 – Procedimento | 400 |
| 394-a – Reconvenção sem contestação | 402 |
| 395 – Extinção do processo principal..... | 402 |
| § 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido | |
| 396 – Revelia..... | 403 |
| 397 – Os efeitos da revelia | 404 |
| 398 – Alteração do pedido..... | 406 |
| 399 – Reconhecimento da procedência do pedido..... | 406 |

Capítulo XVII – Fase de Saneamento

| | |
|---|-----|
| § 61 – Providências Preliminares | |
| 400 – Conceito..... | 407 |
| 401 – Réplica do autor | 408 |
| 402 – Revelia e provas | 408 |
| 403 – Intervenção do Ministério Público..... | 408 |
| 404 – Ação declaratória incidental..... | 409 |
| 405 – Outras providências preliminares | 410 |
| § 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo | |
| 406 – Conceito..... | 411 |
| 407 – Extinção do processo..... | 412 |
| 408 – Julgamento antecipado da lide | 412 |
| 408-a – Audiência preliminar | 413 |
| § 63 – Saneamento do Processo | |
| 409 – Despacho saneador | 417 |
| 410 – Cabimento..... | 417 |
| 411 – Conteúdo..... | 418 |
| 412 – Efeito preclusivo..... | 419 |
| 413 – Formas do despacho saneador..... | 419 |

Capítulo XVIII – Fase Probatória

| | |
|---|-----|
| § 64 – A Prova | |
| 414 – Conceito..... | 421 |
| 415 – Características da prova | 422 |
| 416 – Objeto da prova..... | 422 |
| 417 – Finalidade e destinatário da prova | 424 |
| 418 – Valoração da prova..... | 425 |
| 419 – O sistema do Código | 426 |
| 420 – Poder de instrução do juiz | 427 |
| 421 – Ônus da prova..... | 430 |
| 422 – Sistema legal do ônus da prova | 430 |
| 422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor | 431 |
| 422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova | 432 |
| 422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor..... | 434 |
| 423 – Convenção sobre ônus da prova | 435 |
| 424 – Meios de prova..... | 435 |

| | |
|--|-----|
| 424-a – Prova por presunção..... | 436 |
| 425 – Procedimento probatório | 437 |
| 426 – Instrução através de carta | 438 |
| 427 – Dever de colaboração com a Justiça | 438 |
| § 65 – Depoimento Pessoal | |
| 428 – Conceito | 440 |
| 429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal | 440 |
| 430 – Legitimação para o depoimento | 441 |
| 431 – Objeto do depoimento pessoal..... | 441 |
| 432 – Procedimento | 441 |
| § 66 – Confissão | |
| 433 – Conceito | 443 |
| 434 – Requisitos da confissão..... | 444 |
| 435 – Classificações..... | 444 |
| 436 – Efeitos da confissão | 445 |
| 437 – Indivisibilidade da confissão..... | 445 |
| 438 – Valor da confissão extrajudicial..... | 446 |
| § 67 – Exibição de Documento ou Coisa | |
| 439 – Conceito | 447 |
| 440 – Oportunidade da medida | 447 |
| 441 – Legitimação | 448 |
| 442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte | 448 |
| 443 – Procedimento e conseqüências da exibição requerida contra terceiro..... | 449 |
| § 68 – Prova Documental | |
| 444 – Conceito | 454 |
| 445 – Força probante dos documentos | 455 |
| 446 – Documentos públicos | 455 |
| 447 – Documentos particulares | 457 |
| 448 – Valor probante do documento particular..... | 458 |
| 449 – Telegramas, cartas, registros domésticos | 459 |
| 450 – Livros comerciais..... | 460 |
| 451 – Reprodução de documentos particulares | 461 |
| 452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos | 462 |
| 453 – Documentos viciados em sua forma..... | 463 |
| 454 – Falsidade documental..... | 463 |
| 455 – Espécies de falsidade | 463 |
| 456 – Ônus da prova | 465 |
| 457 – O incidente de falsidade..... | 465 |
| 458 – Procedimento do incidente de falsidade | 466 |
| 458-a – Facultatividade do incidente de falsidade..... | 468 |
| 459 – Produção da prova documental | 468 |
| 460 – Desentranhamento de documentos | 470 |
| § 69 – Prova Testemunhal | |
| 461 – Conceito | 472 |
| 462 – Valor probante das testemunhas | 473 |
| 463 – Direitos e deveres da testemunha | 475 |
| 464 – A produção da prova testemunhal..... | 477 |
| 464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) | 481 |

| | |
|---|-----|
| § 70 – Prova Pericial | |
| 465 – Conceito..... | 482 |
| 466 – Admissibilidade da perícia..... | 483 |
| 467 – O perito..... | 485 |
| 468 – O procedimento da prova pericial..... | 485 |
| 468-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, acerca do parecer do assistente técnico ... | 488 |
| 468-b – Outras inovações da Lei nº 10.358, de 27.12.2001, sobre a prova pericial..... | 488 |
| 469 – Valor probante da perícia..... | 488 |
| 470 – Nova perícia..... | 490 |
| § 71 – Inspeção Judicial | |
| 471 – Conceito..... | 491 |
| 472 – Procedimento..... | 491 |
| § 72 – Audiência de Instrução e Julgamento | |
| 473 – Audiência..... | 493 |
| 474 – Características da audiência..... | 493 |
| 475 – Atos preparatórios..... | 495 |
| 476 – Adiamento da audiência..... | 495 |
| 477 – Antecipação de audiência..... | 497 |
| 478 – Conciliação..... | 497 |
| 479 – Procedimento da conciliação..... | 499 |
| 480 – Instrução e julgamento..... | 499 |
| 481 – Documentação da audiência..... | 501 |
| Capítulo XIX – Fase Decisória | |
| § 73 – Noções Introdutórias | |
| 482 – Conceito de processo..... | 503 |
| 483 – Conteúdo e finalidade do processo..... | 503 |
| § 74 – Sentença | |
| 484 – Definição legal e classificação doutrinária..... | 505 |
| 485 – Natureza da sentença definitiva..... | 506 |
| 486 – Função da sentença definitiva..... | 507 |
| 486-a – Função da sentença terminativa..... | 508 |
| § 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença | |
| 487 – Conteúdo da sentença..... | 509 |
| 488 – Relatório..... | 509 |
| 489 – Motivação..... | 510 |
| 490 – Dispositivo da sentença..... | 511 |
| 491 – Condições formais da sentença..... | 511 |
| 492 – Clareza..... | 512 |
| 493 – Precisão..... | 512 |
| 493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer..... | 513 |
| 493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa..... | 515 |
| 493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa..... | 516 |
| 493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida..... | 517 |
| 493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência..... | 517 |
| 494 – Publicação e intimação da sentença..... | 518 |
| 495 – Efeitos da publicação..... | 519 |
| 496 – Correção e integração da sentença..... | 519 |

| | |
|---|-----|
| 496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita, citra petita e extra petita</i> | 520 |
| 496-b – Interpretação da sentença..... | 522 |
| § 76 – Classificação das Sentenças | |
| 497 – Classificações..... | 524 |
| 498 – Sentenças declaratórias..... | 525 |
| 499 – Sentenças condenatórias..... | 525 |
| 500 – Sentença constitutiva..... | 527 |
| 501 – Momento de eficácia da sentença..... | 527 |
| 502 – Multiplicidade de efeitos da sentença..... | 528 |
| § 77 – Efeitos da Sentença | |
| 503 – Conceito..... | 529 |
| 504 – Entrega da prestação jurisdicional..... | 529 |
| 504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos..... | 530 |
| 505 – Hipoteca judiciária..... | 531 |
| 506 – Outros efeitos secundários da sentença..... | 532 |
| § 78 – Coisa Julgada | |
| 507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código..... | 533 |
| 507-a – Coisa julgada administrativa..... | 534 |
| 507-b – Coisa julgada total e parcial..... | 534 |
| 508 – Coisa julgada formal e material..... | 536 |
| 508-a – Terminologia do julgamento de mérito..... | 538 |
| 509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada..... | 539 |
| 510 – Arguição da coisa julgada..... | 540 |
| 510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada..... | 540 |
| 510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada..... | 541 |
| 511 – Preclusão..... | 542 |
| § 79 – Limites da Coisa Julgada | |
| 512 – Limites objetivos..... | 545 |
| 513 – Motivos da sentença..... | 546 |
| 514 – Verdade dos fatos..... | 549 |
| 515 – Questões prejudiciais..... | 550 |
| 516 – Questões implicitamente resolvidas..... | 550 |
| 516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada..... | 552 |
| 517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)..... | 553 |
| 517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário..... | 555 |
| 518 – Limites subjetivos..... | 556 |
| 518-a – Coisa julgada nas ações coletivas..... | 558 |
| 519 – Causas de estado..... | 560 |
| 520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de re julgamentos..... | 560 |
| 520-a – Limites temporais da coisa julgada..... | 561 |
| 520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso..... | 561 |
| 521 – Execução forçada e coisa julgada..... | 563 |

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

| | |
|---------------------|-----|
| § 80 – Recursos | |
| 522 – Conceito..... | 565 |

| | |
|--|-----|
| 523 – Fundamento do direito de recurso | 566 |
| 524 – Atos sujeitos a recurso..... | 566 |
| 525 – Recursos admissíveis | 567 |
| 525-a – Reclamação | 568 |
| 526 – Correição parcial..... | 569 |
| 526-a – A técnica de julgamento dos recursos | 570 |
| 526-b – <i>Reformatio in pejus</i> | 571 |
| § 81 – Princípios Gerais dos Recursos | |
| 527 – Duplo grau de jurisdição | 572 |
| 528 – Legitimação para recorrer | 572 |
| 528-a – Particularidades do recurso de terceiro..... | 574 |
| 529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer | 574 |
| 530 – Pressupostos objetivos do recurso | 574 |
| 531 – Recorribilidade da decisão | 575 |
| 532 – Tempestividade..... | 575 |
| 532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado..... | 577 |
| 533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso..... | 579 |
| 534 – Singularidade do recurso..... | 579 |
| 535 – Adequação do recurso..... | 579 |
| 536 – Preparo | 580 |
| 537 – Motivação e forma | 581 |
| 537-a – Efeitos do recurso..... | 582 |
| 537-b – Efeito substitutivo | 582 |
| 538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos..... | 583 |
| 539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença..... | 583 |
| 540 – Recurso adesivo..... | 584 |
| 540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau..... | 585 |
| 540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator..... | 587 |
| § 82 – A Apelação | |
| 541 – Conceito..... | 589 |
| 541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal | 590 |
| 542 – Interposição da apelação | 592 |
| 543 – Efeitos da apelação..... | 593 |
| 543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação.... | 597 |
| 543-a-1 – Questão de fato e questão de direito | 598 |
| 543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515 | 598 |
| 543-a-3 – Prescrição e decadência..... | 601 |
| 543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo | 601 |
| 543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação ... | 602 |
| 544 – Recebimento da apelação..... | 602 |
| 544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF | 603 |
| 544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida..... | 605 |
| 544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator | 605 |
| 545 – Deserção..... | 605 |
| 546 – Prazo para interposição da apelação | 607 |
| 547 – Julgamento em segunda instância..... | 607 |
| § 83 – Agravo | |
| 548 – Conceito..... | 609 |

| | |
|---|-----|
| 549 – Espécies de agravo..... | 610 |
| 550 – Agravo retido | 611 |
| 550-a – Agravo retido interposto oralmente | 611 |
| 550-b – Juízo de retratação no agravo retido..... | 612 |
| 550-c – Agravo retido após a sentença..... | 613 |
| 551 – Agravo de instrumento | 613 |
| 551-a – Formação do instrumento do agravo | 616 |
| 552 – Efeitos do agravo de instrumento..... | 617 |
| 553 – Processamento do agravo de instrumento | 618 |
| 553-a – Inovações registradas a partir das Leis nºs 10.352/2001 e 11.187/2005..... | 619 |
| 554 – O contraditório | 621 |
| 554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento..... | 621 |
| 554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo..... | 622 |
| § 84 – Embargos Infringentes | |
| 555 – Conceito..... | 626 |
| 556 – Processamento..... | 628 |
| 557 – Embargos adesivos..... | 628 |
| 557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes | 628 |
| 557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes..... | 629 |
| 557-c – Legitimação para embargar..... | 630 |
| § 85 – Embargos de Declaração | |
| 558 – Conceito..... | 633 |
| 559 – Pressupostos dos embargos de declaração..... | 633 |
| 560 – Procedimento | 634 |
| 561 – Efeito interruptivo..... | 634 |
| 561-a – Efeito suspensivo..... | 635 |
| 562 – Embargos manifestamente protelatórios..... | 635 |
| § 86 – Uniformização da Jurisprudência | |
| 563 – Recurso de revista | 639 |
| 564 – Uniformização da jurisprudência | 639 |
| 565 – Pressupostos do incidente | 639 |
| 566 – Legitimação para a provocação do incidente..... | 640 |
| 567 – Apreciação do incidente | 641 |
| 568 – Súmula jurisprudencial..... | 641 |
| 568-a – Súmula vinculante | 642 |
| 568-b – Regulamentação da súmula vinculante | 642 |
| § 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça | |
| 569 – Intróito | 646 |
| 570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal | 647 |
| 571 – Recurso extraordinário..... | 647 |
| 572 – Pressupostos do recurso extraordinário..... | 648 |
| 572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário.. | 650 |
| 572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral | 651 |
| 572-c – Procedimento no STF | 652 |
| 572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral | 652 |
| 572-e – O procedimento regimental de apreciação da argüição de repercussão geral pelo Plenário do STF..... | 654 |
| 572-f – Formas de solução tácita da argüição de repercussão geral..... | 655 |
| 573 – Função do recurso extraordinário..... | 655 |
| 574 – Efeitos do recurso extraordinário | 656 |

| | |
|--|-----|
| 574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário..... | 657 |
| 575 – Processamento do recurso extraordinário..... | 657 |
| 575-a – Agravo de instrumento contra a inadmissão do recurso extraordinário | 659 |
| 575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ..... | 661 |
| 575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica | 661 |
| 575-d – Julgamento do recurso e julgamento da causa | 662 |
| 576 – Poderes do relator..... | 664 |
| 576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça | 665 |
| 576-b – Recurso especial..... | 665 |
| 576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988 | 666 |
| 576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988 | 667 |
| 576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial | 671 |
| 576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial..... | 671 |
| 576-g – O recurso especial e as causas repetitivas..... | 672 |
| 576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem.... | 673 |
| 576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ | 673 |
| 576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas..... | 674 |
| 576-l – Regulamentação regimental e Direito intertemporal nas causas repetitivas..... | 675 |
| 576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial..... | 676 |
| 576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça | 676 |
| 576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça..... | 677 |
| 576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal..... | 679 |
| 576-q – Reclamação perante o STF e o STJ..... | 680 |
| 576-r – Recurso especial ou extraordinário retido..... | 682 |
| 576-s – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal..... | 683 |
| § 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos | |
| 577 – Posição do novo Código | 687 |
| 578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos..... | 687 |

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

| | |
|---|-----|
| § 89 – O Processo nos Tribunais | |
| 579 – Duplo grau de jurisdição | 689 |
| 580 – Competência dos tribunais..... | 689 |
| 581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais | 690 |
| 582 – Casos de competência originária dos tribunais | 690 |
| 583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil | 692 |
| 584 – O funcionamento dos tribunais | 692 |
| 585 – O sistema de julgamento dos tribunais | 693 |
| 585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais ... | 695 |
| 585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal | 696 |
| § 90 – Homologação de Sentença Estrangeira | |
| 586 – A eficácia da sentença estrangeira..... | 699 |
| 587 – O sistema nacional..... | 699 |
| 588 – A homologação da sentença estrangeira..... | 700 |
| 589 – Natureza da decisão homologatória | 701 |
| 590 – O procedimento | 702 |
| 591 – A execução..... | 702 |

| | |
|---|-----|
| § 91 – Declaração de Inconstitucionalidade | |
| 592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro | 703 |
| 593 – Regulamentação legal | 703 |
| 594 – O incidente de argüição de inconstitucionalidade nos tribunais..... | 704 |
| 595 – Objeto da argüição de inconstitucionalidade | 704 |
| 596 – Iniciativa de argüição | 704 |
| 597 – Momento da argüição | 705 |
| 598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente | 705 |
| 599 – O julgamento da argüição | 705 |
| § 92 – Ação Rescisória | |
| 600 – Conceito | 708 |
| 601 – Pressupostos | 710 |
| 602 – Casos de admissibilidade da rescisória | 712 |
| 603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I) | 713 |
| 604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II) | 713 |
| 605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)..... | 714 |
| 606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III) | 715 |
| 607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV) | 715 |
| 608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V) | 716 |
| 609 – Falsidade de prova (art. 485, VI) | 717 |
| 610 – Documento novo (art. 485, VII) | 717 |
| 611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)..... | 718 |
| 612 – Erro de fato (art. 485, IX) | 719 |
| 613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória..... | 720 |
| 613-a – Sentença homologatória em processo contencioso | 721 |
| 614 – Legitimação | 722 |
| 614-a – Competência | 723 |
| 615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> | 724 |
| 616 – Multa de 5% sobre o valor da causa..... | 725 |
| 617 – A execução da sentença rescindenda | 726 |
| 618 – Indeferimento da inicial | 726 |
| 619 – Procedimento | 727 |
| 620 – Natureza e conteúdo da decisão | 728 |
| 620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé..... | 729 |
| 621 – Rescisória de rescisória | 731 |
| 622 – Prazo de propositura da ação rescisória..... | 731 |
| 622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente..... | 733 |
| 622-b – A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça..... | 737 |
| 622-c. Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória | 738 |
| 623 – Sentença nula de pleno direito | 739 |
| Bibliografia | 743 |
| Índice Onomástico..... | 755 |
| Índice Alfabético de Assuntos | 759 |
| Índice dos Fluxogramas..... | 785 |